

Edésio Fernandes
Betânia Alfonsin
(Coordenadores)

REVISITANDO O INSTITUTO DO TOMBAMENTO

Em comemoração aos "25 anos de Jurisprudência"
do E. STJ (CAASP-SP) oferecem as ONGs ao
acervo da Biblioteca Mid. OSCAR SARAIVA"
S.P. 25 mai 2013

P/ Movimento Defesa SPaulo
Associações: Morumbi Melhor e
Amigos e Moradores Pela Preservação do
Alto da Lapa e Bela Aliança
Brenia Matim OAB/SP 203765 p. represent.

Belo Horizonte



2010

© 2010 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
André Ramos Tavares	Gustavo Justino de Oliveira
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	José Nilo de Castro
Carlos Pinto Coelho Motta	Juarez Freitas
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcia Valle Figueiredo (<i>in memoriam</i>)
Clovis Beznos	Luciano Ferraz
Cristiana Fortini	Lúcio Delfino
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Márcio Cammarosano
Egon Bockmann Moreira	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrcício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
Flávio Henrique Unes Pereira	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Olga M. A. Sousa
Revisão: Lourdes Nascimento

Luiz Fernando de Andrada Pacheco
Patrícia Falcão

Bibliotecários: Ricardo Neto – CRB 2752 – 6ª Região
Lissandra Ruas Lima – CRB 2851 – 6ª Região

Capa, projeto gráfico e formatação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º/16º andares – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

R454 Revisitando o instituto do tombamento / Coordenadores: Edésio Fernandes; Betânia Alfonsin. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

468 p.
ISBN 978-85-7700-388-4

1. Direito urbanístico. 2. Direito administrativo. 3. Direito ambiental. 4. Direito constitucional. I. Fernandes, Edésio. II. Alfonsin, Betânia.

CDD: 341.374
CDU: 349.44

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. 468 p. ISBN 978-85-7700-388-4.

924877

SUMÁRIO

PARTE I

TOMBAMENTO E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – MUDANÇAS E CONTINUIDADES

1 REVISITANDO O INSTITUTO DO TOMBAMENTO

Edésio Fernandes, Betânia Alfonsin	15
A estrutura do livro	18

2 DO TOMBAMENTO AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E À GESTÃO URBANA

Edésio Fernandes	23
Introdução	23
Avanços conceituais	24
A ordem jurídica da proteção do patrimônio cultural	26
O instituto jurídico do tombamento	28
Algumas questões cruciais	31

3 TOMBAMENTO E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA: COMPETÊNCIA E GESTÃO

Sonia Rabello	37
1 Introdução	37
2 Competências legislativas e executivas dos entes políticos para gestão de interesses públicos	38
3 Competência federal de proteção do patrimônio cultural e a competência municipal de planejamento: competências a serem conciliadas	39
4 Tombamento como limitação administrativa e instrumento da política de proteção do patrimônio cultural	45
5 O uso de instrumentos urbanísticos para viabilização dos interesses públicos da proteção dos interesses culturais: transferências de direitos de construir e a outorga onerosa	47
Conclusão	49

4 CONSERVAÇÃO URBANA: TOMBAMENTO E ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Leonardo Barci Castriota	51
Preservação e tombamento	52
A conservação integrada	55
As áreas de conservação e sua implementação	62
No caso brasileiro: tombamento e áreas de conservação	65
Referências	69

PARTE II
QUESTÕES JURÍDICAS DO TOMBAMENTO

5 PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DA MONUMENTALIDADE AOS BENS IMATERIAIS

Maria Coeli Simões Pires	75
1 Introdução	75
2 Patrimônio material da cultura como suposta síntese da memória identitária da nação	76
3 O patrimônio cultural expandido na dimensão de processo social	77
4 Bens culturais imateriais e instrumentos de proteção	79
5 Procedimento de registro de bens do patrimônio imaterial	82
6 Patrimônio cultural e demandas globais de consumo	84
7 Desafios da proteção	85
Referências	88

6 OS BENS CULTURAIS IMOBILIÁRIOS E O SEU CONTEÚDO ECONÔMICO

Daniel Gaio	89
1 Colocação do problema: questionamentos quanto à depreciação econômica	89
2 O auge e o declínio das zonas históricas centrais	91
3 O aproveitamento urbanístico dos bens culturais e o princípio da igualdade	92
4 A valorização econômica dos bens culturais	94
5 Considerações finais	95
Referências	96

7 A PRESERVAÇÃO DO FUTURO ATRAVÉS DO PASSADO: O ENTORNO DOS BENS TOMBADOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Ana Maria Moreira Marchesan	99
1 Definição de entorno	99
2 Justificativa para a sua definição e respeito	101
3 O princípio da preservação <i>in situ</i> do bem cultural e a preservação do entorno	104
4 A tutela do entorno no Direito Comparado	108
5 Regime jurídico dos bens situados na área de entorno	114
6 Formas de definição do entorno	118
7 Formação do vínculo jurídico de entorno no tempo	120
8 O entorno na jurisprudência	121
9 Proteção penal do entorno	123
10 Conclusões	125
Referências	126

8 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PAISAGEM URBANA E TOMBAMENTO

Rosângela Lunardelli Cavallazzi	129
1 Introdução	129
2 Contextualizando o Direito à Cidade	130
3 Patrimônio Cultural e paisagem urbana	132
3.1 Patrimônio Cultural: cultura como patrimônio	133
3.2 Paisagem urbana expressão da cultura	134
4 O instituto do Tombamento no contexto do Estatuto da Cidade	138

4.1 O dilema de sempre: a natureza jurídica do instituto do Tombamento	138
4.2 Paisagem urbana e Tombamento no contexto do Patrimônio Cultural	141
5 Paisagem urbana e Tombamento: perspectivas contemporâneas do Patrimônio Cultural.....	144
Referências	145

9 TOMBAMENTO E TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR: DOIS INSTITUTOS QUE SE COMPLEMENTAM

Audrey Gasparini	149
Introdução	149
Inciso II do artigo 35 do Estatuto da Cidade.....	150
Pontos conflitantes	153
Referências	158

10 TOMBAMENTO E REGISTRO: DOIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO

Carlos Frederico Marés de Souza Filho	163
1 Introdução.....	163
2 A cultura e dos bens culturais	165
3 Os suportes dos bens culturais e os bens sem suporte.....	167
4 O tombamento e o registro	169
5 O risco de extinção dos bens culturais e o inventário.....	171
6 Conclusões	173

11 OBRIGAÇÃO DE REALIZAR OBRAS DE CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL, DE ACORDO COM O ART. 19 DO DECRETO-LEI Nº 25/1937

Rafael de Oliveira Alves	175
Apresentação	175
A definição constitucional do direito de propriedade.....	176
Os instrumentos de preservação cultural	177
A obrigação de realizar obras de conservação, de acordo com art. 19 do Decreto-Lei nº 25/1937.....	178
Arranjos administrativos para a realização de obras de conservação.....	180
Conclusão	181

12 TOMBAMENTO DE USO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Marinella Machado Araujo	183
1 O <i>tombamento de uso</i> no julgamento do Recurso Especial nº 219.292-1/MG	183
2 O uso como elemento integrativo do domínio ou faculdade decorrente de o direito de propriedade e como bem móvel ou imóvel para efeitos legais	185
3 A natureza das limitações ao direito de propriedade decorrentes do tombamento.....	188
4 A proporcionalidade necessária entre o exercício do poder de polícia municipal e as limitações impostas pelo tombamento.....	189
5 A previsão legal do <i>tombamento de uso</i> a partir de interpretação do Decreto-Lei nº 25, de 1937, e da Lei nº 3.802, de 1984	192

13 O TOMBAMENTO DE BENS IMÓVEIS – APONTAMENTOS SOBRE O SENTIDO E OS VALORES DO TOMBAMENTO DE BENS IMÓVEIS NA ATUALIDADE E A PROTEÇÃO DO ENTORNO VIA LEGISLAÇÃO ESPECIAL E URBANÍSTICA. UMA ABORDAGEM COMPARADA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DA PORTUGUESA

Nathália Arruda Guimarães	195
1 Introdução.....	195
2 A cultura para o direito.....	197
3 O tombamento.....	207
4 O entorno do bem cultural – Problematizações.....	209
5 A salvaguarda do entorno dos bens culturais e as contribuições do direito urbanístico.....	214
6 Conclusões.....	217
Referências.....	217

PARTE III

TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS MUNICÍPIOS

14 A PRESENÇA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS PLANOS DIRETORES DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Renato Cymbalista	223
1 Introdução.....	223
2 O Plano Diretor e as transformações recentes na política urbana no Brasil.....	225
3 O patrimônio cultural nos Planos Diretores Participativos.....	229
3.1 O patrimônio cultural nos princípios, objetivos e diretrizes da política urbana.....	231
3.2 A política de patrimônio cultural nos Planos Diretores.....	232
3.3 O patrimônio no ordenamento territorial do município.....	235
3.4 Instrumentos de regulação dos processos e direitos construtivos.....	239
3.5 A preservação do patrimônio e a gestão do Plano Diretor.....	243
3.6 Patrimônio imaterial.....	244
Considerações finais.....	245
Fontes e bibliografia.....	247

15 A TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR E A SUA INTERFACE NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DA CIDADE DE CURITIBA

Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa Lins	251
1 Introdução.....	251
2 As bases conceituais da Transferência do Direito de Construir.....	252
3 Contextualização da Transferência do Direito de Construir na cidade de Curitiba.....	254
3.1 O registro das UIPS e o reconhecimento do Patrimônio Cultural edificado na cidade de Curitiba.....	254
3.2 A Transferência do Potencial Construtivo para a conservação das Unidades de Interesse de Preservação (UIPs).....	256
3.3 A Transferência do Potencial Construtivo para a conservação das Unidades de Interesse Especial de Preservação (UIEPs).....	257
3.4 A Transferência do Potencial Construtivo sob a ótica da Lei nº 9.800/2000.....	258

4	A Aplicação da Transferência do Potencial Construtivo nas UIPs	258
4.1	O arcabouço institucional da operacionalização da Transferência do Potencial Construtivo	259
4.2	A concessão do Potencial Construtivo	260
4.3	Procedimentos para utilização do Potencial Construtivo	261
4.4	O Banco de Potencial Construtivo	262
	Conclusão	263
	Referências	264

16 LUTAS PELA CONQUISTA DO DIREITO À MORADIA NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

Laila Nazem Mourad, Nelson Baltrusis	267
1 E como fica a legislação de patrimônio cultural nesta história?	270
1.1 Novos conceitos.....	272
1.2 Mecanismos contemporâneos de preservação do patrimônio	273
2 O processo de renovação do centro histórico de Salvador: Pelourinho.....	273
2.1 A verdadeira face dos processos de revitalização	276
3 Componentes políticos.....	277
3.1 Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta	279
Considerações finais	281
Referências	281

17 CIDADE BAIXA DE SALVADOR: O TOMBAMENTO A SERVIÇO DE UM PROJETO DE FUTURO

Jurema Machado	285
Cidade Baixa: origem histórica, morfologia e proteção	285
Os valores motivadores do tombamento federal	287
As tendências atuais e o entorno	289
O tombamento a serviço de um projeto de futuro.....	289
ANEXOS.....	293

18 PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: ESTUDOS DE TOMBAMENTO DE BAIROS

Juliana Mendes Prata	295
Tombamento de bairros	299
Os bairros Jardins.....	300
Atualizando a discussão	307
Referências	309

19 UMA ANÁLISE JURÍDICA DA PROTEÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA À LUZ DO INSTITUTO DO PLANO URBANÍSTICO

Fernando José Longo Filho	313
1 Introdução.....	313
2 Histórico-da legislação sobre o tombamento de Brasília	314
3 Inadequação do tombamento.....	322
4 O plano urbanístico como instituto de direito urbanístico.....	325
5 O plano urbanístico e as competências constitucionais	330
6 O Plano de Preservação de Brasília	337
7 Conclusões	339
Referências	339

20 BRASÍLIA, PATRIMÔNIO DE QUEM?	
Antônio Carlos Carpintero	341

21 BRASÍLIA, CAUSOS E CASUÍSMOS PATRIMONIAIS	
Sylvia Ficher, Andrey Rosenthal Schlee, Jorge Guilherme Francisconi	357
<i>Moderno</i> sinônimo de <i>bom</i>	358
Brasília não é flor do cerrado	358
Brasília — Patrimônio de Lucio Costa	361
Brasília — Patrimônio da Unesco	364
Brasília — Patrimônio de Oscar Niemeyer	367
Brasília tem história	369
Referências	371

22 PRAÇA DA LIBERDADE, BELO HORIZONTE: DE CENTRO CÍVICO A MUSEU?

Jurema Rugani	375
Apresentação	375
1 Sobre patrimônio e preservação	376
2 Praça da Liberdade: síntese e símbolo	379
3 <i>Liberdade não deveria virar museu</i>	382
3.1 Algumas questões sobre o “circuito cultural”	386
4 Considerações finais	391
Referências	395

23 OS SIGNIFICADOS DO TOMBAMENTO EM OURO PRETO E SEU PAPEL COMO ELO ENTRE A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO E A GESTÃO URBANA

Patrícia Reis da Silva	397
Introdução	397
Caracterização	398
O tombamento da Vila Rica até onde a vista alcança	400
Até onde a vista alcança... de fato e de direito	406
Considerações finais	412
Referências	413
Referências legislativas	414

PARTE IV

QUESTÕES DA GESTÃO INSTITUCIONAL

24 PATRIMÔNIO CULTURAL E CULTURA PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DOS BENS TOMBADOS NO BRASIL

Liana Portilho Mattos	419
1 Introdução	419
2 Patrimônio, patrimonialismo, propriedade e cultura	421
3 Direitos fundamentais e gestão patrimonial	424
4 Tombamento: competência do Poder Executivo	426
5 Hermenêutica do Decreto-Lei nº 25/1937: destinação e uso dos bens tombados	429
5.1 O caso da Praça da Liberdade	434
6 Conclusões	438
Referências	440

25 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Maria Cristina Rocha Simão	443
Sobre o patrimônio cultural.....	443
Sobre a preservação dos bens culturais materiais.....	445
Sobre experiências de formação profissional para a preservação do patrimônio cultural em Ouro Preto	449
Do Núcleo de Ofícios.....	451
Da formação profissionalizante em arte, restauro e ofícios (ARO)	454
Do Curso Técnico em Conservação e Restauração de Bens Culturais	455
Do Curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauro.....	456
Do Laboratório de Restauro	458
Sobre certezas e dúvidas em relação à formação profissional como instrumento de proteção do patrimônio.....	459
Referências	460
SOBRE OS AUTORES	463